

arquivos analíticos de
políticas educativas

Revista acadêmica, avaliada por pares,
independente, de acesso aberto, e multilíngüe



aape | epaa

Arizona State University

Volume 23 Número 27

16 de março de 2015

ISSN 1068-2341

**Entre Políticas E Práticas:
Os Desafios da Educação Inclusiva No Brasil**

Marcia Denise Pletsch

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Brasil



Geovana Mendonça Lunardi Mendes

Universidade do Estado de Santa Catarina
Brasil

Citação: Pletsch, M. D., & Mendes, G. M. L. (2015). Entre políticas e práticas: Os desafios da educação inclusiva no Brasil. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 23(27). Dossiê *Educação Especial: Diferenças, Currículo e Processos de Ensino e Aprendizagem II*. Editoras convidadas: Márcia Denise Pletsch & Geovana Mendonça Lunardi Mendes.

<http://dx.doi.org/10.14507/epaa.v23.2003>

Resumo: O presente artigo objetiva apresentar a segunda edição do Dossiê Educação Especial: diferenças, currículo e processos de ensino e aprendizagem. Discutimos as políticas e as práticas relativas à proposta de educação inclusiva no contexto da Educação Básica. Partimos da ideia de que estamos diante de uma política educacional global e, como tal, inúmeros movimentos locais são desencadeados em estados e municípios para implementá-la.

Palavras-chave: política educativa; la educación básica; la educación inclusiva

Between Policies and Practices: The Challenges of Inclusive Education

Abstract: The present paper aims to present the second edition of the *Special Education Dossier: Differences, Curriculum, and Teaching and Learning*. We discuss the policies and practices regarding the proposal for inclusive education in the context of elementary schools. We start with the idea that we are facing a global educational policy and as such, many local movements are triggered in states and municipalities to implement it.

Keywords: policy education; inclusive education; elementary school

Entre la Política y la Práctica: Los Desafíos de la Educación Inclusiva en Brasil

Resumen: O presente artigo objetiva apresentar a segunda edição do Dossiê Educação Especial: diferenças, currículo e processos de ensino e aprendizagem. Discutimos as políticas e as práticas relativas à proposta de educação inclusiva no contexto da Educação Básica. Partimos da ideia de que estamos diante de uma política educacional global e, como tal, inúmeros movimentos locais são desencadeados em estados e municípios para implementá-la.

Palavras-chave: política educacional; educação básica; educação inclusiva

O que Ainda nos Falta Dizer Sobre as Políticas de Educação Inclusiva?

O Neoliberalismo que eu descrevo é, muitas vezes, enfadonho, e certamente não por inteiro. Decerto que eu não acho que seja fácil condenar, por via de regra, programas e iniciativas que oferecem acesso à educação para as crianças que, de outra forma, não teriam a oportunidade de frequentar a escola. Além disso, como direi várias vezes a seguir, nós pouco ainda sabemos sobre “o que realmente está acontecendo.” Novamente, isso é um apelo para mais pesquisas para que possamos ser mais claros sobre o que pensamos. Estamos diante de decidir em “condições de indecisão”, bem como tomar um posicionamento em tudo isso, sendo cúmplices, imbricados e comprometidos.” (Ball, 2014, p. 5)

Todo o movimento legal e político sobre Educação Inclusiva no Brasil nas duas últimas décadas é um bom exemplo das políticas globais a que os Estados nacionais estão sendo chamados a responder, decorrentes de agendas supranacionais e de todo um conjunto de forças externas aos países e seus territórios.

Conforme apontam Hostins e Garay “essas novas influências e interesses são um indicativo das alterações no material e no terreno discursivo das políticas educacionais em uma escala global ou no que Lingard, Creagh, e Vass (2012, p. 315) denominam de “campo das políticas globais”, as quais têm significativas implicações na definição das políticas educacionais no país (p. 3).

Ademais, a Educação como um grande negócio ou nos termos de Ball (2014) como Educação Global S. A., tem transformado a própria formulação das políticas na educação, consolidando-se empresas que tem se especializado na venda e exportação de políticas educacionais, em especial para países periféricos, que ainda precisam resolver seus grandes problemas educacionais.

Desse modo, o “jogo” está posto e cabe a nós pesquisadores do campo indagarmos tal realidade por meio de nossas pesquisas, atendendo o “apelo” feito por Ball na epígrafe que inicia este artigo. Conforme ele explicita, não se trata de colocar em suspeição, especificamente no nosso caso, políticas que tem tornado a escola pública mais pública e que tem, em alguns casos da Educação Inclusiva, assumido um caráter de política de reparação, por todo um processo de exclusão, explicitamente assumido pelo Estado na forma de leis e regulamentos e que só muito

recentemente tornam possível o acesso à escola como um direito do cidadão e um dever do Estado¹. Trata-se sim de tentar entender como estados e municípios têm respondido a determinações políticas e curriculares que, muitas vezes, são endereçadas aos atores locais por forças e redes supranacionais.

É nessa perspectiva que a proposta deste Dossiê *Educação Especial: diferenças, currículo e processos de ensino e aprendizagem II* se insere, congregando textos que analisam o contexto das políticas e os meandros das práticas curriculares. A proposta é colocar a Educação Inclusiva em foco e, objetivamente, nos implicar com esse processo.

Nessa perspectiva, os artigos analisam políticas e práticas da Educação Inclusiva no Brasil, especificamente desenvolvidas dentro do que temos chamado de Educação Básica. Na verdade, a Educação Básica como conceito foi oficializada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei n. 9.394 de 20/12/1996). Desde então, tem sido promulgado um conjunto de diretrizes e resoluções, com o intuito de tornar esse direito acessível à toda população.

Como tal, a ideia de básica, como destaca Cury (2008), advém da concepção de base, sinônimo de estrutura, fundamento sobre o qual deve se alicerçar todo o percurso formativo que leva ao exercício da cidadania. Em suas palavras:

A educação escolar, pois, é erigida em bem público, de caráter próprio, por ser ela em si cidadã. E por implicar a cidadania no seu exercício consciente, por qualificar para o mundo do trabalho, por ser gratuita e obrigatória no ensino fundamental, por ser gratuita e progressivamente obrigatória no ensino médio, por ser também a educação infantil um direito, a educação básica é dever do Estado. E como se trata de um direito juridicamente protegido, em especial como direito público subjetivo no âmbito do ensino fundamental, é preciso que ele seja garantido e cercado de todas as condições. (Cury, 2008, p. 296)

Para tanto, a concepção da Educação Básica como direito vem acompanhada de duas outras dimensões, imprescindíveis para a sua realização: a ideia de uma educação comum e do respeito à diferença. O conceito de comum neste caso se associa à noção de universal, coadunando com a perspectiva dos aprendizados de saberes válidos para toda e qualquer pessoa, na esteira da noção de patrimônio cultural que merece ser partilhado. Articulado a isso, a noção de diferença também foi incorporada. Conforme explicita o mesmo autor:

A ligação entre a dimensão básica e o conceito de comum, na educação, carrega um sentido próprio. Comum opõe-se a uma educação específica (do tipo ensino profissional), de classe (que constitua um privilégio) ou mesmo que carregue algum diferencial mesmo que lícito (escola confessional). A noção de comum associada à educação básica é um direito (em oposição a privilégio) e busca, em sua abertura universal, o aprendizado de saberes válidos para toda e qualquer pessoa, responde a necessidades educativas do desenvolvimento humano como um patrimônio cultural. O “comum” vai mais além de um “para todos”, reportando-se a conhecimentos científicos, à igualdade, à democracia, à cidadania e aos direitos humanos.

(...) Mas o conceito de educação básica também incorporou a si, na legislação, a diferença como direito. A legislação, mercê de amplo processo de mobilização, de disseminação de uma nova consciência, fez a crítica às situações próprias de minorias discriminadas e buscou estabelecer um princípio ético mais elevado: a ordem jurídica incorporou o direito à diferença. A educação básica, por

¹ Aqui estamos nos referindo aos direitos dos sujeitos com deficiência e das populações afrodescendente. As Diretrizes Curriculares da Educação Básica, no caso brasileiro, tentam reverter essas históricas exclusões.

ser um momento privilegiado em que a igualdade cruza com a equidade, tomou a si a formalização legal do atendimento a determinados grupos sociais, como as pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais, como os afrodescendentes, que devem ser sujeitos de uma desconstrução de estereótipos, preconceitos e discriminações, tanto pelo papel socializador da escola quanto pelo seu papel de transmissão de conhecimentos científicos, verazes e significativos. Já os jovens e adultos que não tiveram oportunidade de se escolarizar na idade própria podem e devem ser sujeitos de um modelo pedagógico próprio e apoiados com recursos que os façam recomeçar sua escolaridade sem a sombra de um novo fracasso. As comunidades indígenas também devem ser sujeitos de um modelo próprio de escola, guarnecido por recursos e respeito à sua identidade cultural peculiar. O reconhecimento das diferenças nesse momento da escolaridade é factível com o reconhecimento da igualdade. (Cury, 2008, p. 300-301)

Nessa direção, ao longo das últimas duas décadas, no Brasil, políticas públicas em educação vem sendo firmadas com o intuito de reduzir as desigualdades no percurso educacional entre todos os segmentos sociais. Ainda que nos movimentos curriculares desencadeados em todo o país tais questões já aparecessem em alguma medida, foi após a LDB que a Educação Básica como um direito desponta, ancorada no princípio do bem comum e no respeito à diversidade.

O movimento nacional de construção de Diretrizes Curriculares culminou, em 2010, com a tentativa de construção de um Sistema Nacional de Educação. Conforme explicitam as próprias Diretrizes:

Torna-se inadiável trazer para o debate os princípios e as práticas de um processo de inclusão social, que garanta o acesso e considere a diversidade humana, social, cultural, econômica dos grupos historicamente excluídos. Trata-se das questões de classe, gênero, raça, etnia, geração, constituídas por categorias que se entrelaçam na vida social – pobres, mulheres, afrodescendentes, indígenas, pessoas com deficiência, as populações do campo, os de diferentes orientações sexuais, os sujeitos albergados, aqueles em situação de rua, em privação de liberdade – todos que compõem a diversidade que é a sociedade brasileira e que começam a ser contemplados pelas políticas públicas. (Brasil, 2010, p. 17)

Com isso, as Diretrizes desencadearam um movimento de elaboração de documentos específicos com o objetivo de garantir o direito à diversidade. Dentre o conjunto de Diretrizes Curriculares publicadas para esse fim, podemos destacar os seguintes:

- Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial;
- Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena;
- Diretrizes para o atendimento de educação escolar de crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação do Campo.

Portanto, consolidar a Educação Básica nas últimas décadas foi o grande esforço político de inúmeros agentes sociais e políticos do país com a intenção de assegurar o direito a todos os cidadãos e cidadãs à educação pública, gratuita e de qualidade.

Os municípios, o menor ente político da Federação, diante das regulações e orientações nacionais, foram obrigados a escolher os caminhos possíveis diante de suas realidades locais, na busca por adequar os sistemas de ensino a essa nova realidade. Nessa direção, também cumpre dizer que é nos municípios que atuam de maneira mais intensa muitos dos agentes que na contemporaneidade tem reivindicado a expansão e difusão de políticas educacionais voltadas à melhoria da qualidade do ensino básico, tais como movimentos sociais, sindicatos, ONGs e outros agentes resultantes da organização da sociedade civil sensível aos desafios de se pensar e fazer educação pública. Enfim, nesse contexto a com preensão das contradições, dos limites e das possibilidades da Educação Inclusiva e, mais especificamente na Educação Especial, depende da análise do emaranhado no qual tais iniciativas estão imersas.

Além desses desafios locais, não podemos perder de vista o alerta de Ball (2014) ao dizer que:

Na educação, transferência, colonização e convergência de políticas estão todas sendo efetivadas aqui, por meio da produção textual das políticas, assessoria das políticas e recomendações, influência das políticas, a venda de produtos de gestão e de melhoria, bem como o crescimento e a disseminação de fornecedores de serviço multinacionais com métodos e conteúdos padronizados em vários níveis das políticas. Novas relações políticas (policy), espaços e meios de comunicação são constituídos e utilizados para reinserir as políticas móveis e seus discursos subordinados em territórios nacionais. Concomitantemente, os serviços públicos estão sendo redesenhados ou modernizados para atender as necessidades do Estado neoliberal, apesar de, ao mesmo tempo, os governos nacionais, em especial aqueles pequenos e frágeis, podem estar experimentando uma redução na sua capacidade de dirigir o seu sistema educacional. Com tudo isso, e apesar da interpretação e da modificação de produtos de políticas no âmbito nacional e local (que eu não tenha atendido aqui), há claramente agora, algo que podemos chamar de “política educacional global”- um conjunto genérico de conceitos, de linguagens e de práticas que é reconhecível em várias formas e está à venda! (p. 184)

Como podemos ver, ainda temos muito a dizer sobre essas políticas. O desafio de compreendê-las está apenas começando!

Sobre Políticas e Práticas: O que os Textos Deste Dossiê nos Dizem?

O nosso segundo dossiê sobre a mesma temática reflete o quanto o assunto é fértil e premente no universo das pesquisas. A escolha por desdobrar os textos em dois dossiês deve-se ao fato do número expressivo de artigos qualificados recebidos. Tivemos ao todo dezesseis artigos aprovados para publicação na Revista, dos quais oito foram publicados no primeiro² e oito estão sendo publicados neste segundo número.

O primeiro artigo, “Política de inclusão escolar e práticas curriculares: estratégias pedagógicas para elaboração conceitual do público alvo da Educação Especial”, de autoria de Hostins e Jordão, discute as práticas curriculares e os processos de escolarização dirigidos para alunos da Educação Especial, a partir da implementação das políticas de inclusão escolar. Com base na perspectiva histórico-cultural, mostra como essas práticas vêm se materializando e transformando

² O dossiê anterior, publicado em julho de 2014, é composto por nove artigos (números 77 a 85) e pode ser acessado em <http://epaa.asu.edu/ojs/issue/view/34>.

no espaço escolar a partir de concepções historicamente construídas sobre a (im)possibilidade de aprendizagem desses sujeitos, em particular com deficiência intelectual. Igualmente, evidencia as contradições, as cisões e a fragilidade da política de inclusão escolar em garantir efetivamente a construção de conhecimentos científicos. A este respeito, os dados de sua pesquisa aplicada evidenciam, também, possíveis caminhos para transformar as práticas curriculares e as perspectivas de desenvolvimento dos sujeitos com deficiência intelectual.

No artigo “Formação continuada de gestores públicos de Educação Especial: políticas locais para a inclusão escolar”, Jesus, Pantaleão e Almeida discutem possibilidades locais de transformação das práticas escolares a partir da implementação de políticas públicas. Para tal, por meio da pesquisa colaborativa-crítica, propõem estratégias de formação continuada aos gestores públicos com base nos princípios da inclusão escolar. Os resultados indicam, entre outros pontos, a relevância de ações locais para viabilizar saberes e fazeres para organizar modos e práticas de gestão coletiva. Também ressaltam a importância de ações conjuntas entre a universidade e as redes de ensino locais. Por último, os autores mostram as contribuições dessa metodologia de pesquisa para as necessárias mudanças conceituais nas políticas públicas e nas formas de atuação dos gestores no campo da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

Ainda sobre as práticas curriculares, Freitas e Rech apresentam o artigo “Atividades de enriquecimento escolar como estratégia para contribuir com a inclusão escolar de alunos com altas habilidades/superdotação”. As autoras defendem não apenas a matrícula dos alunos com altas habilidades na escola comum, mas práticas curriculares enriquecidas, garantindo, assim, os direitos educacionais desses sujeitos. Nesse sentido, a partir de uma pesquisa qualitativa, evidenciaram problemas locais que ainda são enfrentados em diferentes regiões do Brasil em relação a escolarização de alunos com altas habilidades que continuam, em grande medida, invisíveis nas salas de aulas. O texto aborda, também, as possibilidades do enriquecimento curricular para garantir o pleno desenvolvimento de estudantes com indicadores de superdotação, aspecto este ainda pouco presente nas pesquisas e no debate nacional.

Outro tema pouco investigado no Brasil diz respeito à avaliação da aprendizagem de alunos com deficiência intelectual. Esse é o foco do artigo “Alfabetização e deficiência intelectual: perspectivas no contexto inclusivo”, no qual Oliveira apresenta dados de uma investigação sobre o desempenho de alunos com deficiência intelectual na fase de alfabetização. Os resultados sinalizam para as possibilidades de aprendizagem desses sujeitos e as dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar para garantir práticas efetivas que promovam a leitura e a escrita.

No artigo “Estudo comparativo da política de inclusão escolar para alunos com deficiências físicas em três municípios brasileiros” Andrade e Mendes enfocam as barreiras encontradas por alunos com deficiência física matriculados em escolas comuns. Os resultados, entre outros aspectos, mostram a variedade de barreiras enfrentadas pelos discentes em seu cotidiano. Apesar disso, na análise qualitativa dos relatos dos participantes do estudo, a política de inclusão escolar é avaliada como positiva. Ainda segundo as autoras, pesquisas dessa natureza se tornam cada vez mais necessárias para avaliar em larga escala o impacto das políticas educacionais nas realizadas locais e na vida dos sujeitos para os quais são pensadas.

A implementação das políticas de educação inclusiva também foi o foco do artigo de Castro e Vaz, “Professores no atendimento educacional especializado: responsabilidades e impossibilidades”. Mediante análise documental e realização de entrevistas e observação de campo, o artigo problematiza as possibilidades e impossibilidades de implementação das políticas de inclusão a partir da atuação dos professores nas chamadas Salas Multimeios do Atendimento Educacional Especializado de Florianópolis, Estado de Santa Catarina. Os autores argumentam que a falta de investimentos nos professores impacta negativamente no desenvolvimento e na aplicação de estratégias que favoreçam a inclusão.

Com o título “Uso de sistemas gráficos na rotina da sala de aula regular com aluno com deficiência”, Deliberato e Nunes mostram a importância da adequação do espaço escolar frente a diversidade de alunos presentes nesse contexto, assim como descrevem o uso de sistemas gráficos na rotina de uma turma de educação infantil por meio do trabalho colaborativo entre a pesquisadora, professora e os alunos da sala. Os resultados da pesquisa intervenção indicam que as crianças fizeram uso do sistema gráfico, o qual auxiliou de forma positiva no planejamento da rotina e das ações pedagógicas desenvolvidas em turma. A pesquisa evidenciou, ainda, a necessidade de programas de intervenção nas escolas para garantir a inclusão com promoção do desenvolvimento social e escolar de alunos com deficiência.

Por fim, o artigo “Educação Especial na perspectiva inclusiva: implicações para o trabalho docente articulado ao ensino médio e tecnológico”, de Costas e Honnef, discutem as limitações e possibilidades do trabalho colaborativo entre o professor da classe comum e da Educação Especial no que diz respeito ao planejamento, ao desenvolvimento e a avaliação da aula. A pesquisa foi realizada em uma instituição de ensino médio e tecnológico federal no Estado do Rio Grande do Sul. Os resultados preliminares indicam a importância do trabalho articulado entre os docentes com formação generalista e especializada, assim como sinalizam para os obstáculos a serem superados para mobilizar práticas que possibilitem a aprendizagem dos estudantes. Igualmente, mostram a massificação da ideia de inclusão no contexto escolar sem o devido investimento financeiro para garanti-la de forma efetiva.

A partir de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas o conjunto de artigos que compõe este dossiê levanta inúmeros desafios a serem enfrentados pelas políticas educacionais nos níveis federal, estadual e municipal, para garantir processos de ensino e aprendizagem com promoção do desenvolvimento. Igualmente, ilustram os problemas e as estratégias encontradas em diferentes contextos para ampliar os direitos educacionais dos educandos da Educação Especial.

Esperamos que os artigos apresentados neste dossiê suscitem indagações e reflexões sobre os caminhos e os desafios das políticas de Educação Inclusiva e de sua implantação nas práticas escolares de um país tão grande, populoso e diverso como o Brasil.

Referências

- Ball, S. J. (2014). *Educação Global S. A.: Novas redes de políticas e o imaginário neoliberal*. Ponta Grossa, UEPG.
- Brasil. (2010). *Resolução CNE n. 04/2010 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica*. Brasília, Distrito Federal, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14906&Itemid=866. Acesso em 10 de jan. 2015.
- Brasil. (1996). Presidência da República (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96*. Brasília, 20 de dezembro de 1996.
- Cury, C. R. J. (2008). A educação básica como direito. *Cadernos de Pesquisa*, 38(134), 293-303. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742008000200002>
- Hostins, R. C. L., y Jordão, S. G. F. (2015). Política de inclusão escolar e práticas curriculares de elaboração conceitual de alunos público-alvo da Educação Especial. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 23(21). Dossiê *Educação Especial: diferenças, currículo e processos de ensino e aprendizagem*. Editoras convidadas: Márcia Denise Pletsch & Geovana Mendonça Lunardi Mendes. <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.v23.1661>

Sobre as Autoras e Editoras Convidadas

Márcia Denise Pletsch

Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc) na linha de pesquisa *Estudos Contemporâneos e Práticas Educativas* e do Departamento Educação e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

marciadenisepletsch@gmail.com

A autora é pesquisadora na área de Educação Especial, atuando na formação de professores e de novos pesquisadores. É líder do Grupo de Pesquisa (CNPq) *Observatório de Educação Especial e inclusão escolar: práticas curriculares e processos de ensino e aprendizagem* e, por meio de convênio interinstitucional entre a UFRRJ e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), também é líder do grupo de pesquisa *Inclusão e aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais: práticas pedagógicas, cultura escolar e aspectos psicossociais*. Atualmente, coordena o Programa Observatório da Educação da CAPES com projeto de pesquisa em rede na área de deficiência intelectual envolvendo a Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI); e coordena também pesquisas financiadas pela FAPERJ na área de deficiência múltipla. É autora do livro “Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual” e, em colaboração com Rosana Glat, do livro “Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais”. Organizou em parceria com outros pesquisadores, entre outros, os livros “Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais” e “Educação Especial e inclusão escolar: reflexões sobre o fazer pedagógico”. Tem mais de vinte artigos publicados em revistas científicas nacionais e internacionais.

Geovana Mendonça Lunardi Mendes

Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Departamento de Pedagogia da Universidade do Estado de Santa Catarina (PGE-UDESC).

geolunardi@gmail.com

A autora é pesquisadora na área de Educação Especial e dos Estudos Curriculares. Realizou Pós-Doutorado na Argentina e nos Estados Unidos da América, na área de Currículo e Novas Tecnologias, na Universidad de San Andres em Buenos Aires e em Ashland University, em Ohio. É pesquisadora coordenadora de diferentes projetos de investigação e participa como pesquisadora convidada em projetos de pesquisa nacionais e internacionais. Suas pesquisas e produções têm sido voltadas para área de Currículo e práticas escolares, em especial, as questões relativas as mudanças, novas tecnologias e inovações curriculares no espaço escolar, e também as práticas curriculares voltadas a inclusão de sujeitos com deficiência. Atualmente é a Coordenadora Nacional do Consórcio “Educação e Diversidade” do programa CAPES. FIPSE de Cooperação Internacional, envolvendo a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no Brasil e Georgetown College, Ashland University e Brigham Young University nos Estados Unidos e também do Projeto de Pesquisa: Aulas conectadas: mudanças curriculares e aprendizagem colaborativa nas escolas do PROUCA em Santa Catarina, com financiamento do CNPq e do Projeto Observatório de Práticas Escolares com financiamento da FAPESC. É coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educação, Mestrado e Doutorado, da FAED, UDESC. Coordena o Observatório da Educação: Tablets, Computadores e Laptops, aprovado no Edital OBEDUC/CAPES. Entre suas atuais produções podem ser destacadas o livro intitulado “Objetos Pedagógicos: uma experiência inclusive em oficinas de Artes”, em parceria com mais duas autoras e a organização do Livro “Deficiência e Escolarização: novas perspectivas de análise”, hoje na segunda edição. É autora de inúmeros capítulos e artigos publicados em periódicos.

DOSSIÊ
Educação Especial: Diferenças, Currículo e Processos de Ensino e Aprendizagem II

arquivos analíticos de políticas educativas

Volume 23 Número 27

16 de março de 2015

ISSN 1068-2341



O Copyright é retido pelo/a o autor/a (ou primeiro co-autor) que outorga o direito da primeira publicação à revista **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**. Más informação da licença de Creative Commons encontram-se em <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.5>. Qualquer outro uso deve ser aprovado em conjunto pelo/s autor/es e por AAPE/EPAA. AAPE/EPAA é publicada por *Mary Lou Fulton Institute Teachers College da Arizona State University*. Os textos publicados em **AAPE** são indexados por CIRC (Clasificación Integrada de Revistas Científicas, Espanha) DIALNET (Espanha), [Directory of Open Access Journals](#), Education Full Text (H.W. Wilson), EBSCO Education Research Complete, , ERIC, , QUALIS A2 (Brasil), SCImago Journal Rank; SCOPUS, SOCOLAR (China). Contribua com comentários e sugestões a <http://epaa.info/wordpress/> ou para Gustavo E. Fischman fischman@asu.edu.

Curta a nossa comunidade EPAA's Facebook <https://www.facebook.com/EPAAAPE> e Twitter feed @epaa_aape.

arquivos analíticos de políticas educativas
conselho editorial

Editor: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)
Editores Associados: **Rosa Maria Bueno Fisher** e **Luis A. Gandin**
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Dalila Andrade de Oliveira Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Paulo Carrano Universidade Federal Fluminense, Brasil

Alicia Maria Catalano de Bonamino Pontifícia Universidade Católica-Rio, Brasil

Fabiana de Amorim Marcello Universidade Luterana do Brasil, Canoas, Brasil

Alexandre Fernandez Vaz Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Gaudêncio Frigotto Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Alfredo M Gomes Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva Universidade Federal de São Carlos, Brasil

Nadja Herman Pontifícia Universidade Católica –Rio Grande do Sul, Brasil

José Machado Pais Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal

Wenceslao Machado de Oliveira Jr. Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Jefferson Mainardes Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Luciano Mendes de Faria Filho Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Lia Raquel Moreira Oliveira Universidade do Minho, Portugal

Belmira Oliveira Bueno Universidade de São Paulo, Brasil

Antônio Teodoro Universidade Lusófona, Portugal

Pia L. Wong California State University Sacramento, U.S.A

Sandra Regina Sales Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Elba Siqueira Sá Barreto Fundação Carlos Chagas, Brasil

Manuela Terrasêca Universidade do Porto, Portugal

Robert Verhine Universidade Federal da Bahia, Brasil

Antônio A. S. Zuin Universidade Federal de São Carlos, Brasil

education policy analysis archives
editorial board

Editor **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Associate Editors: **Audrey Amrein-Beardsley** (Arizona State University), **Rick Mintrop**, (University of California, Berkeley)
Jeanne M. Powers (Arizona State University)

Jessica Allen University of Colorado, Boulder

Gary Anderson New York University

Michael W. Apple University of Wisconsin, Madison

Angela Arzubiaga Arizona State University

David C. Berliner Arizona State University

Robert Bickel Marshall University

Henry Braun Boston College

Eric Camburn University of Wisconsin, Madison

Wendy C. Chi Jefferson County Public Schools in Golden, Colorado

Casey Cobb University of Connecticut

Arnold Danzig California State University, San Jose

Antonia Darder Loyola Marymount University

Linda Darling-Hammond Stanford University

Chad d'Entremont Strategies for Children

John Diamond Harvard University

Tara Donahue Learning Point Associates

Sherman Dorn Arizona State University

Christopher Joseph Frey Bowling Green State University

Melissa Lynn Freeman Adams State College

Amy Garrett Dikkers University of Minnesota

Gene V Glass Arizona State University

Ronald Glass University of California, Santa Cruz

Harvey Goldstein Bristol University

Jacob P. K. Gross Indiana University

Eric M. Haas WestEd

Kimberly Joy Howard University of Southern California

Aimee Howley Ohio University

Craig Howley Ohio University

Steve Klees University of Maryland

Jackyung Lee SUNY Buffalo

Christopher Lubienski University of Illinois, Urbana-Champaign

Sarah Lubienski University of Illinois, Urbana-Champaign

Samuel R. Lucas University of California, Berkeley

Maria Martinez-Coslo University of Texas, Arlington

William Mathis University of Colorado, Boulder

Tristan McCowan Institute of Education, London

Michele S. Moses University of Colorado, Boulder

Julianne Moss University of Melbourne

Sharon Nichols University of Texas, San Antonio

Noga O'Connor University of Iowa

João Paraskveva University of Massachusetts, Dartmouth

Laurence Parker University of Illinois, Urbana-Champaign

Susan L. Robertson Bristol University

John Rogers University of California, Los Angeles

A. G. Rud Washington State University

Felicia C. Sanders The Pennsylvania State University

Janelle Scott University of California, Berkeley

Kimberly Scott Arizona State University

Dorothy Shipps Baruch College/CUNY

Maria Teresa Tatto Michigan State University

Larisa Warhol University of Connecticut

Cally Waite Social Science Research Council

John Weathers University of Colorado, Colorado Springs

Kevin Welner University of Colorado, Boulder

Ed Wiley University of Colorado, Boulder

Terrence G. Wiley Center for Applied Linguistics

John Willinsky Stanford University

Kyo Yamashiro Los Angeles Education Research Institute

archivos analíticos de políticas educativas
consejo editorial

Editores: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University), **Jason Beech** (Universidad de San Andrés), **Alejandro Canales** (UNAM) y **Jesús Romero Morante** (Universidad de Cantabria)

- Armando Alcántara Santuario** IISUE, UNAM
México
- Claudio Almonacid** Universidad Metropolitana de Ciencias de la Educación, Chile
- Pilar Arnaiz Sánchez** Universidad de Murcia, España
- Xavier Besalú Costa** Universitat de Girona, España
- Jose Joaquin Brunner** Universidad Diego Portales, Chile
- Damián Canales Sánchez** Instituto Nacional para la Evaluación de la Educación, México
- María Caridad García** Universidad Católica del Norte, Chile
- Raimundo Cuesta Fernández** IES Fray Luis de León, España
- Marco Antonio Delgado Fuentes** Universidad Iberoamericana, México
- Inés Dussel** DIE-CINVESTAV, México
- Rafael Feito Alonso** Universidad Complutense de Madrid, España
- Pedro Flores Crespo** Universidad Iberoamericana, México
- Verónica García Martínez** Universidad Juárez Autónoma de Tabasco, México
- Francisco F. García Pérez** Universidad de Sevilla, España
- Edna Luna Serrano** Universidad Autónoma de Baja California, México
- Alma Maldonado** DIE-CINVESTAV México
- Alejandro Márquez Jiménez** IISUE, UNAM México
- Jaume Martínez Bonafé**, Universitat de València, España
- José Felipe Martínez Fernández** University of California Los Angeles, Estados Unidos
- Fanni Muñoz** Pontificia Universidad Católica de Perú, Peru
- Imanol Ordorika** Instituto de Investigaciones Economicas – UNAM, México
- Maria Cristina Parra Sandoval** Universidad de Zulia, Venezuela
- Miguel A. Pereyra** Universidad de Granada, España
- Monica Pini** Universidad Nacional de San Martín, Argentina
- Paula Razquin** Universidad de San Andrés, Argentina
- Ignacio Rivas Flores** Universidad de Málaga, España
- Daniel Schugurensky** Arizona State University, Estados Unidos
- Orlando Pulido Chaves** Universidad Pedagógica Nacional, Colombia
- José Gregorio Rodríguez** Universidad Nacional de Colombia
- Miriam Rodríguez Vargas** Universidad Autónoma de Tamaulipas, México
- Mario Rueda Beltrán** IISUE, UNAM México
- José Luis San Fabián Maroto** Universidad de Oviedo, España
- Yengny Marisol Silva Laya** Universidad Iberoamericana, México
- Aida Terrón Bañuelos** Universidad de Oviedo, España
- Jurjo Torres Santomé** Universidad de la Coruña, España
- Antoni Verger Planells** University of Barcelona, España
- Mario Yapu** Universidad Para la Investigación Estratégica, Bolivia